

# Uma política comercial

PEGGY BEÇAK



## O setor agrícola tem sido tratado com total displicência e abandono

**H**á décadas o Brasil busca equacionar o problema inflacionário e de retomada do crescimento econômico, sem rever a performance de sua política comercial. Desnecessário retomarmos a dissolução acadêmica que comprova a correlação existente entre o incentivo exportador e o processo de crescimento econômico. O caso asiático ilustra a argumentação, crescem por mais de três décadas as taxas reais próximas de 10%, impulsionadas pelo aumento das exportações, que por sua vez desencadeiam um crescimento agregado de toda a economia, assegurando bem-estar social.

Quase todos os países do leste asiático praticaram uma política comercial orientada para o exterior, através de medidas liberalizantes. Formosa na década de 50, Cingapura e Coréia na década de 60 iniciaram o processo de reformas. A América Latina, como as demais regiões em desenvolvimento, esteve pouco participativa neste processo e manteve esta posição na entrada da década de 90.

Menosprezando seu perfil competitivo com mercados como os da Comunidade Européia e os países da África, Caribe e Pacífico (ACP), a política agrícola brasileira tem sido tratada com total displicência e abandono, sem planejamento e descolada de um projeto abrangente de política econômica, fazendo com que nossa participação no comércio internacional persista na trajetória descendente. Em 1981 para cada US\$ 1.000 destinados ao crédito agrícola correspondia uma safra de 5 toneladas

de grãos. Em 84 para o mesmo volume de grãos o setor contava com um crédito reduzido em mais de 50%, apenas US\$ 444.

No Brasil, as Bolsas de Futuros e de Valores disputam altas cifras de poupança externa, atraídas pelas excelentes possibilidades de retorno e de expansão dos negócios, visto que tanto o setor agrícola como o industrial trabalham com ociosidade. O setor agrícola no Exterior trabalha com baixos custos em virtu-

de da recorrente modernização das técnicas de cultivo, da preocupação com pesquisa e com um forte marketing de seus produtos. No âmbito industrial a situação não é diferente.

As diferenças básicas destes segmentos no Exterior e no Brasil estão na inércia empreendedora do governo, como fomentador do processo e do empresariado brasileiro. O atual momento econômico mostra-se conveniente para que o governo atente à necessidade de promoção de crédito para setores líderes da economia, estabelecendo um realismo para a taxa de câmbio de maneira a assegurar o sucesso dos esforços produtivo e exportador, como instrumentos de alavanca ao restabelecimento do crescimento sustentado. Sem a promoção produtiva e o realismo cambial, o incentivo exportador provocará apenas — como ocorreu na década de 80 — uma transferência desenfreada de recursos para o exterior não revertendo em benefício interno.

■ *Peggy Beçak, economista, é professora da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap).*